

Inovação no setor público: identificando os laboratórios de inovação no Brasil e sua relação com a Agenda 2030 da ONU

Guilherme Atanazildo Leme¹

Milena Pavan Serafim²

Palavras-chave: laboratórios de inovação; ODS; Brasil.

Resumo Expandido

As dinâmicas socioeconômicas impressas nas últimas décadas são baseadas em inovações, que atingem mercados e serviços, e conseqüentemente os Estados Nacionais. Nesse sentido, Instituições Públicas e Organizações Internacionais buscam se adaptar às inúmeras transformações técnicas e sociais desencadeadas pelo desenvolvimento da sociedade nas últimas décadas, seja pela mudança em seu comportamento, como também nas diferentes dinâmicas técnicas e sociais, de interação, comunicação, como também das diversas ferramentas inseridas no cotidiano da sociedade, movendo os Estados nacionais a adotarem novas posturas e reformularem suas estruturas.

Desta forma, pode se destacar o movimento em prol do fortalecimento da governança nas instituições, assim como, a restituição da capacidade dos mesmos, em gerir seus produtos, serviços e processos, visto que enfrentam o enfraquecimento de sua confiança por parte da sociedade, Cavalcante et al. (2017) explicita que:

Em particular, destaca-se que a crescente demanda por mais participação social na construção de políticas públicas e por qualidade nos serviços públicos, as quais emergem recorrentemente em meio a restrições de natureza fiscal e da necessidade de busca por mais confiança e legitimidade por parte dos governos, tendem a pressionar por inovações. Também o fazem as necessidades de enfrentando de problemas públicos cada vez mais complexos, transversais e incertos – os chamados wicked problems, como o aquecimento global, os intensos processos migratórios, as questões críticas ligadas às drogas, o envelhecimento populacional, entre outros. Esses problemas desafiam o setor público a prover políticas inovadoras, pois ajustes graduais e mudanças previsíveis de antemão têm impacto cada vez mais reduzido. Em muitos casos, a inovação se tornou um imperativo, e não uma mera opção (CAVALVANTI et al., 2017, p. 16).

Diante disso, os Estados e suas instituições têm buscado formas de fomentar e gerar soluções para estes desafios, com iniciativas que visam à promoção de inovações no setor público. Para isto, temos as iniciativas de Laboratórios de Inovação no Setor Público (LISP) que se dedicam à formulação de soluções para estas instituições, os LISP têm o papel fundamental de experimentação e são considerados catalisadores de inovação (Carstensen e Bason, 2012).

¹ Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP).

² Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas (FCA/UNICAMP).

Conforme aponta Tönurist et al. (2017, p. 8), os laboratórios, ou as denominadas "ilhas de experimentação", já se fazem presentes na maioria dos países membros da União Européia, caracterizando mais de 60 laboratórios (Fuller, Lochard, 2016). Ainda que tenhamos focado em um dado da União Europeia, a disseminação desses laboratórios em outros continentes já é uma realidade.

No Brasil, além do Governo Federal que possui o GNova, ENAP, parte dos governos estaduais possuem seus laboratórios de inovação, assim como os grandes municípios de regiões metropolitanas. Carstensen e Bason (2012) apontam que a disseminação desses laboratórios (e, portanto, a disseminação de metodologias e práticas comuns) faz parte de um movimento mais amplo de reconhecimento de que as soluções e as alternativas convencionais estão estafadas, requerendo que os governos acolham movimentos de oxigenação, diante do aumento da complexidade das políticas públicas e dos anseios dos cidadãos, assim como de troca entre diferentes atores sociais.

Portanto, a pesquisa teve como objetivo realizar um mapeamento dos Laboratórios de Inovação do Setor Público (LISP) brasileiro, visando caracterizar suas estruturas, redes de interação, esforços, metodologias utilizadas, assim como a sua correlação e conformidade com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, firmados na Agenda 2030 da ONU.

Para mapeamento e caracterização dos LISP, a pesquisa dividiu-se em três etapas: 1) Revisão bibliográfica, acerca dos movimentos em prol da inovação em governos, experiências internacionais com LIS e suas contribuições para o cumprimento dos ODS; 2) Pesquisa documental, para mapeamento dos laboratórios públicos de inovação do Brasil, nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal) e áreas de atuação (gestão pública, educação, justiça, etc.); 3) Aplicação de questionário eletrônico, para caracterização destes laboratórios e seus principais esforços empregados nos projetos desenvolvidos.

Como resultado parcial da pesquisa, dentre os 70 LISP identificados, 29 (41,4%) responderam ao questionário eletrônico, distribuídos entre as 3 esferas, tendo a esfera federal a maior quantidade de laboratórios (15). Além disso, suas estruturas organizacionais são predominantes no modelo Horizontal (18) e as ferramentas e métodos mais utilizadas no processo de ideação e gestão são: Design thinking; Brainstorming; Canvas; Design participativo; Design centrado no ser humano; Métodos ágeis; dentre outros.

Em relação à congruência de seus esforços aos ODS da Agenda 2030, foi possível observar o forte alinhamento dos princípios dos laboratórios, em relação aos compromissos de se fortalecer o pilar da transparência de informações e acesso; igualdade de acesso aos produtos

e serviços; fomento dos órgãos vinculados em serem mais responsáveis, inclusivos, participativos e representativos, compromissos esses firmados nos ODS 9 e 14.

Além destes resultados, a pesquisa espera aprofundar a análise dos esforços empregados pelos laboratórios, por meio da análise dos projetos apresentados e destacados no questionário eletrônico, buscando identificar sua convergência com os ODS e os resultados gerados nas instituições e para a sociedade, assim como consolidar a caracterização geral do modelo dos laboratórios brasileiros, como também destacar suas especificidades.

Referências Bibliográficas

CARSTENSEN, H. V.; BASON, C. Powering collaborative policy innovation. Can innovation labs help? *The Public Sector Innovation Journal*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 1-26, 2012.

CAVALCANTE, P., CAMÕES, M., CUNHA, B., & SEVERO, W. (Orgs.). (2017). *Inovação no setor público: Teoria, tendências e casos no Brasil*. Brasília: Ipea.

Fuller, M, and A Lochard. 'Public Policy Labs in European Union Member States'. Luxembourg: European Union. 2016. Disponível em: <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC102665>. Acesso em: 30 mai. 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Tradução pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) e revisado pela Coordenadoria-Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. última edição em 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 28 de abr. de 2021.

TONURIST, P.; KATTEL, R.; LEMBER, V. Discovering Innovation Labs in the Public Sector. *Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics*, n. 61, 2015.